



## **HOMOLOGADO POR**

**SUA EXCELÊNCIA**  
**Secretário de Estado da Descentralização e da**  
**Administração Local**

**SUA EXCELÊNCIA**  
**Secretária de Estado da Habitação**

---

**(Jorge Botelho)**

---

**(Marina Gonçalves)**

## **ACORDO DE COLABORAÇÃO**

1. No quadro da Nova Geração de Políticas de Habitação, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, criou um novo programa de apoio público, o 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada;
2. O referido Decreto-Lei n.º 37/2018 define um conjunto de princípios que devem ser observados na execução do 1.º Direito, entre os quais o princípio da acessibilidade habitacional, segundo o qual as pessoas têm direito a que sejam criadas condições para que os custos com o acesso a uma habitação adequada e permanente sejam suportáveis pelo seu orçamento;
3. Em alinhamento com esses princípios e com o diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no seu território, cada município deve definir a sua estratégia local em matéria de habitação, priorizando as soluções habitacionais que, em conformidade, pretende ver desenvolvidas ao abrigo do 1.º Direito, no quadro das opções por ele definidas para o desenvolvimento do seu território;
4. Em 14 de setembro de 2020, o Município de Vimioso aprovou e, posteriormente, remeteu ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., a sua Estratégia Local de Habitação, na qual estão sinalizadas as situações de carência habitacional existentes no seu território e definidas as soluções habitacionais nas quais se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo 1.º Direito;
5. O Município de Vimioso solicitou ademais a celebração do presente Acordo de Colaboração, no qual se identificam as soluções habitacionais que se propõe promover, direta e ou indiretamente, com financiamento ao abrigo do 1.º Direito, a programação da sua execução e a estimativa dos correspondentes montantes globais de investimento e de financiamento;

**ENTRE:**

O **INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.**, instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, pessoa coletiva número 501 460 888, com o correio eletrónico [ihru@ihru.pt](mailto:ihru@ihru.pt), de ora em diante designado por IHRU, I.P., representado por Isabel Maria Martins Dias, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, na sua atual redação;

**E**

O **MUNICÍPIO DE VIMIOSO** com sede na Praça Eduardo Coelho, em Vimioso, pessoa coletiva número 506 627 888, com o correio eletrónico [gi.cmv@cm-vimioso.pt](mailto:gi.cmv@cm-vimioso.pt), de ora em diante designado por Município, representado por António Jorge Fidalgo Martins, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor;

É celebrado e reduzido a escrito, ao abrigo do disposto nos artigos 65.º a 69.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, e no artigo 16.º-A, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, aditado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril, o presente Acordo de Colaboração, de natureza programática, adiante designado por Acordo, a executar de forma faseada, que se rege pelo referido Decreto-Lei n.º 37/2018, pela Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, e pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira**

**(Objeto)**

O presente Acordo define a programação estratégica das soluções habitacionais a apoiar ao abrigo do programa 1.º Direito para 15 (quinze) agregados, correspondentes a 43 (quarenta e três) pessoas, que vivem em condições habitacionais indignas no Município.

**Cláusula Segunda**

**(Modalidades de soluções habitacionais)**

O Município, em função das necessidades habitacionais das pessoas e dos agregados referidos na cláusula anterior, vai promover as seguintes soluções habitacionais:

- Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação;
- Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais.

**Cláusula Terceira**

**(Valores do investimento e do financiamento)**

1. O valor total do investimento necessário ao cumprimento dos objetivos indicados na Cláusula Primeira é estimado em 829.888,00€ (oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e oito

euros), de acordo com a programação financeira constante do Anexo I do presente Acordo, que dele constitui parte integrante.

2. Do valor indicado no número anterior, o IHRU, I.P., prevê disponibilizar um financiamento que se estima no valor máximo de 769.737,00€ (setecentos e sessenta e nove mil setecentos e trinta e sete euros), sendo 421.015,00€ (quatrocentos e vinte e um mil e quinze euros), concedidos sob a forma de participações financeiras não reembolsáveis e 348.722,00€ (trezentos e quarenta e oito mil setecentos e vinte e dois euros), a título de empréstimo bonificado, nos termos constantes do Anexo I do presente Acordo.

#### **Cláusula Quarta (Condições e limites dos financiamentos)**

1. Os financiamentos a conceder pelo IHRU, I.P. referidos na cláusula anterior, independentemente da sua modalidade, são concretizados, relativamente a cada solução habitacional a promover, através da celebração de contratos de participação e de empréstimo.
2. Os contratos referidos no número anterior estão sujeitos às condições e limites máximos estabelecidos, de acordo com o respetivo objeto, no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.
3. A celebração dos contratos de participação está condicionada à existência da necessária dotação orçamental, em conformidade com o disposto no artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e do n.º 4 do artigo 14.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, cabendo ao IHRU avaliar a oportunidade da respetiva concessão em função das suas disponibilidades financeiras e orçamentais.

#### **Cláusula Quinta (Duração)**

Este Acordo tem a duração máxima de 6 anos a contar da data da sua celebração, sob pena de caducidade, sem prejuízo da conclusão das soluções habitacionais cujos contratos de participação já tenham sido celebrados quando aquela for atingida.

#### **Cláusula Sexta (Relatórios)**

1. O Município, decorrido o prazo de 1 ano a contar da data da celebração do presente Acordo e em cada ano subsequente, até ser atingido o prazo da cláusula anterior, remete ao IHRU, I.P. um relatório sobre a sua execução e, se for o caso, uma proposta fundamentada de atualização do mesmo face a alterações que se tenham verificado, designadamente ao nível do universo das pessoas e dos agregados abrangidos pelas soluções habitacionais objeto do presente Acordo.
2. O último dos relatórios referidos no número anterior, que precede o termo do prazo do presente Acordo, deve prever as atualizações necessárias à efetiva conclusão das soluções habitacionais melhor identificadas na cláusula Segunda, dentro do prazo referido na cláusula Quinta.

#### **Cláusula Sétima (Alterações)**

As alterações que determinem um acréscimo do montante global do financiamento previsto no n.º 2 da cláusula Terceira devem constar de aditamento ao presente Acordo, que carece de homologação do membro do Governo responsável pelas áreas das autarquias locais e da habitação.

**Cláusula Oitava  
(Interpretação)**

Qualquer dúvida ou lacuna relativa ao presente Acordo é resolvida por troca de informação entre os ora Outorgantes, preferencialmente por via eletrónica.

**Cláusula Nona  
(Legislação Aplicável)**

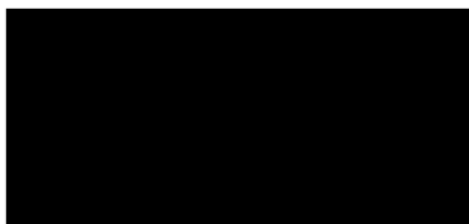
O presente Acordo rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, e na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação.

**Cláusula Décima  
(Proteção de Dados Pessoais)**

Os outorgantes no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do presente contrato, que envolvam o tratamento de dados pessoais, observam o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e demais legislação aplicável.

Assinado eletronicamente por cada um dos outorgantes,

**O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.**



**O MUNICÍPIO DE VIMIOSO**

ANEXO I  
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

SOLUÇÕES HABITACIONAIS						PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (INVESTIMENTO PREVISTO / ANO)				
Designação	Tipo de solução	Art. 18º n.º 3 DL 37/2018	N.º Fogos/alojamentos	AHab Total [m²]	Loe	2021	2022	2023	2024	Total
Sem alojamento (S1.1. Criação de nova habitação social municipal para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas)	Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - art.º 29.º b)		3	270	1	155.070.00 €				155.070.00 €
Sem alojamento (S1.1. Criação de nova habitação social municipal para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas)	Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - art.º 29.º b)		3	380	3		237.660.00 €			237.660.00 €
Sem alojamento (S1.1. Criação de nova habitação social municipal para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas)	Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - art.º 29.º b)		2	295	2			208.783.00 €		208.783.00 €
Sem alojamento ( LOE1 - S1.2. Criação de oferta de alojamento temporário para situações de risco ou emergência social)	Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - art.º 29.º b)	Núcleos Degradados - Art.º12	3	295	1	113.100.00 €				113.100.00 €
Sem alojamento ( LOE1 - S1.2. Criação de oferta de alojamento temporário para situações de risco ou emergência social)	Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - art.º 29.º b)	Núcleos Degradados - Art.º12	4	446	1		115.275.00 €			115.275.00 €
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>	<b>1.686</b>		<b>268.170.00 €</b>	<b>352.935.00 €</b>	<b>208.783.00 €</b>		<b>829.888.00 €</b>
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b>						Complicação IHRU	143.497.99 €	180.703.16 €	96.813.66 €	421.015.00 €
						Empréstimo bonificado	109.165.01 €	148.465.84 €	91.091.04 €	348.722.00 €
						Autofinanciamento	15.507.00 €	23.766.00 €	20.878.30 €	60.151.00 €
						Outras				

**HOMOLOGADO POR****SUA EXCELÊNCIA****Secretário de Estado da Administração Local  
e Ordenamento do Território****SUA EXCELÊNCIA****Secretária de Estado da Habitação**

---

**Carlos Miguel**

---

**Maria Fernanda Rodrigues****ADITAMENTO AO  
ACORDO DE COLABORAÇÃO****CONSIDERANDO QUE:**

- A.** O IHRU, I.P., e o Município de Vimioso celebraram, em 29 de julho de 2021, um Acordo de Colaboração de natureza programática, ao abrigo do disposto nos artigos 65.º a 69.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação em vigor, e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, na sua atual redação, adiante designado por Acordo, homologado por Suas Excelências o Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local e a Secretária de Estado da Habitação;
- B.** Em 15 de dezembro de 2023, o Município de Vimioso aprovou e, posteriormente, remeteu ao IHRU, I.P., uma alteração à sua Estratégia Local de Habitação, tendo sido atualizadas as situações de carência habitacional existentes no seu território e definidas as soluções habitacionais, nas quais se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo do 1.º Direito;
- C.** Foi aprovada pelo IHRU, I.P. a concordância da alteração à Estratégia Local de Habitação do Município de Vimioso, com o conteúdo obrigatório e os princípios do programa 1.º Direito, nos termos do n.º 2, artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua redação atual;
- D.** A alteração à Estratégia Local de Habitação determina um acréscimo do montante global do financiamento previsto, sendo necessária, atento o disposto no n.º 3 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, a celebração de Aditamento ao Acordo, igualmente sujeito a homologação por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da habitação;
- E.** O Município de Vimioso solicitou, ademais, a celebração do presente Acordo de Colaboração, no qual se identificam as soluções habitacionais que se propõe promover, direta e ou indiretamente, a programação da sua execução e a estimativa dos correspondentes montantes globais de investimento e de financiamento ao abrigo do 1.º Direito, sem prejuízo de, no que respeita às soluções habitacionais enquadráveis nas condições de cumprimento do Plano de Recuperação e Resiliência, os montantes de comparticipação e de financiamento serem reformulados em função da aplicação desse Plano, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 138-C/2021, de 30 de junho.

**ENTRE:**

**INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.**, instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, pessoa coletiva número 501 460 888, com o correio eletrónico [ihru@ihru.pt](mailto:ihru@ihru.pt), de ora em diante designado por IHRU, I.P., representado por António Manuel Martins Viana Gil Leitão, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, na sua atual redação;

**E**

**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**, com sede na Praça Eduardo Coelho, em Vimioso, pessoa coletiva número 506 627 888, com o correio eletrónico [gi.cmv@cmv-vimioso.pt](mailto:gi.cmv@cmv-vimioso.pt), de ora em diante designado por Município, representado por António Jorge Fidalgo Martins, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 e alínea f) do n.º2, do artigo 35º do Anexo I, da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual e que estabelece o regime jurídico das autarquias locais;

É celebrado e reduzido a escrito, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, e nos n.ºs 6 a 9, do artigo 2.º, da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação, o presente Aditamento ao Acordo de Colaboração, melhor identificado no Considerando A., adiante designado por Acordo, que se rege pelos referidos diplomas, e pelos termos e condições que adiante se especificam e que constituem parte integrante do Acordo, passando o mesmo a ficar subordinado também às seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira**

O IHRU, I.P., e o Município acordam alterar a redação das Cláusulas Primeira, Segunda, Terceira e Décima do Acordo, que passam a ter a seguinte redação:

**Cláusula Primeira**

**(Objeto)**

O presente Acordo define a programação estratégica das soluções habitacionais a apoiar ao abrigo do programa 1.º Direito para 15 (quinze) agregados, correspondentes a 46 (quarenta e seis) pessoas, que vivem em condições habitacionais indignas no Município.

**Cláusula Segunda**

**(Modalidades de soluções habitacionais)**

O Município, em função das necessidades habitacionais das pessoas e dos agregados referidos na cláusula anterior, vai promover, as seguintes soluções habitacionais:

- Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais;
- Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais;

**Cláusula Terceira**

**(Valores do investimento e do financiamento)**

1. O valor total do investimento necessário ao cumprimento dos objetivos indicados na Cláusula Primeira é estimado em 2.330.552,25€ (dois milhões trezentos e trinta mil quinhentos e

cinquenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos) de acordo com a programação financeira constante do Anexo I do presente Acordo, que dele constitui parte integrante.

2. Do valor indicado no número anterior, o IHRU, I.P., prevê disponibilizar um financiamento que se estima no valor máximo de 2.206.256,13€ (dois milhões duzentos e seis mil duzentos e cinquenta e seis euros e treze cêntimos), sendo 1.175.057,10€ (um milhão cento e setenta e cinco mil e cinquenta e sete euros e dez cêntimos), concedidos sob a forma de comparticipações financeiras não reembolsáveis e 1.031.199,03€ (um milhão trinta e um mil cento e noventa e nove euros e três cêntimos), a título de empréstimo, nos termos constantes do Anexo I do presente Acordo.

Cláusula Décima  
**((Proteção de Dados Pessoais))**

1. As Partes concordam que no âmbito do presente Acordo são responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados pessoais, conforme o definido no artigo 26.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).
2. As Partes comprometem-se a cumprir os requisitos da legislação de proteção de dados nas ações que realizem ao abrigo do presente Acordo, nomeadamente:
  - a) Cumprir os princípios para o tratamento de dados pessoais e respeitar os direitos dos titulares dos dados pessoais;
  - b) Garantir, em cada tratamento, a licitude do tratamento dos dados pessoais que realizem, de acordo com o estabelecido no artigo 6.º do RGPD, e no artigo 9.º no caso de categorias especiais de dados;
  - c) Garantir a prestação das informações devidas aos titulares dos dados pessoais sobre o tratamento dos seus dados, em conformidade com os artigos 12.º, 13.º e 14.º do RGPD;
  - d) Disponibilizar aos titulares dos dados um contacto através do qual possam exercer os seus direitos com relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
  - e) Limitar o tratamento de dados pessoais ao necessário para cada finalidade específica, nomeadamente quanto à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, à sua acessibilidade e ao seu prazo de conservação;
  - f) Comprometer os colaboradores que tenham acesso aos dados pessoais com o dever de apenas proceder a tratamentos de acordo com as suas funções ou instruções que recebam;
  - g) Adotar medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a segurança e confidencialidade dos tratamentos de dados pessoais, tendo em consideração a natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento e os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - h) Comprometer os colaboradores com o dever de confidencialidade relativamente aos dados pessoais a que tenham acesso;
  - i) Responder, sem demora injustificada, às solicitações de outra parte, sempre que essa solicitação vise dar resposta a um pedido de exercício de direitos colocado por um titular, ou a uma solicitação da CNPD, por forma a que se cumpram os prazos de resposta legalmente estabelecidos;



- j) Comunicar entre si, sem demora injustificada, os pedidos que recebam dos titulares que levem à retificação ou apagamento de dados pessoais, ou à alteração, limitação ou oposição do tratamento, ou ainda à retirada de consentimento, se for o caso;
  - k) Tratar as violações de dados pessoais conforme o previsto nos artigos 33.º e 34.º do RGPD. Sempre que uma violação de dados justifique notificação à CNPD ou aos titulares dos dados, a parte que tenha tomado conhecimento da violação de dados notifica, previamente, a outra parte;
  - l) Recorrer apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas adequadas para que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos legais e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados;
  - m) Estabelecer com os subcontratantes, por escrito, os termos do tratamento de dados pessoais e o compromisso de cooperação para resposta ao exercício dos direitos pelos titulares e resposta a solicitações da CNPD;
  - n) Só transferir dados pessoais para países fora do Espaço Económico Europeu ou para organizações internacionais, doravante “Países terceiros”, se houver garantias suficientes de que o nível de proteção de dados no destino será substancialmente equivalente ao existente na União Europeia;
  - o) As Partes comprometem-se a cumprir os requisitos do Capítulo V do RGPD caso efetuem transferências de dados pessoais para Países terceiros. O processamento ou conservação de dados em Países terceiros devem considerar-se transferências de dados para este efeito;
  - p) As Partes comprometem-se a colaborar em todas as diligências necessárias à conformidade legal dos tratamentos de dados pessoais, tal como o registo das atividades de tratamento e avaliações impacto sobre a proteção de dados.
3. As partes mantêm as responsabilidades previstas neste protocolo sobre os dados que, por força deste Acordo, conservem para além do seu termino;
4. Para efeitos das comunicações previstas neste artigo, as partes utilizam os seguintes contactos:
- a) IHRU – [ihru@ihru.pt](mailto:ihru@ihru.pt)  
EPD/ IHRU – [epd@ihru.pt](mailto:epd@ihru.pt)
  - b) MUNICÍPIO – [gi.cmv@cm-vimioso.pt](mailto:gi.cmv@cm-vimioso.pt)  
EPD /MUNICÍPIO – [rgpd@cm-vimioso.pt](mailto:rgpd@cm-vimioso.pt)
5. Em tudo o que nesta cláusula seja omissa, aplicam-se as disposições do RGPD.

### **Cláusula Segunda**

O Anexo I passa a ter a redação do anexo constante do presente Aditamento, do qual faz parte integrante.

### **Cláusula Terceira**

Os outorgantes reconhecem e aceitam que o Acordo de Colaboração celebrado em 29 de julho de 2021 se mantém plenamente em vigor em todos os seus termos e condições, com as alterações constantes do presente Aditamento, que daquele faz parte integrante.

Assinado eletronicamente por cada um dos outorgantes,

**O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.**

**O MUNICÍPIO DE VIMIOSO**

## ANEXO I

### Programação financeira

Designação	SOLUÇÕES HABITACIONAIS						PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (INVESTIMENTO PREVISTO / ANO)			
	Tipo de solução	Entidade promotora	Art. 18º n.º 3 DL 37/2018	N.º Fogos/alojamentos	AHab Total [m²]	Fase	2024	2025	Total	
SOLUÇÃO 51.1 - Construção de nova habitação social no Loteamento de São Vicente em lotes propriedade do município, em Vimioso para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas	Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais - art.º 29.º b)	Município de Vimioso		8	936		414.320,40 €	828.640,80 €	1.242.961,20 €	
SOLUÇÃO 51.2 - Construção de nova habitação social no Loteamento de São Vicente em lotes propriedade do município, em Vimioso para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas - Núcleos degradados	Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais - art.º 29.º b)	Município de Vimioso	Núcleos Degradados - Art.º12	6	702		310.740,30 €	621.480,60 €	932.220,90 €	
SOLUÇÃO 51.1 - Reabilitação do edifício do Jardim de Infância de Argozelo, propriedade do Município - criação de nova habitação social municipal para dar resposta às situações de condições habitacionais indignas - Pessoas Vulneráveis	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - art.º 29.º b)	Município de Vimioso	Pessoas vulneráveis - Art.º10	1	117		103.580,10 €	51.790,05 €	155.370,15 €	
TOTAL				15	1.755		828.640,80 €	1.501.911,45 €	2.330.552,25 €	
FONTES DE FINANCIAMENTO							Comparticipação IHRU	413.323,58 €	761.733,52 €	1.175.057,10 €
							Empréstimo bonificado	373.885,18 €	657.313,85 €	1.031.199,03 €
							Autofinanciamento	41.432,04 €	82.864,08 €	124.296,12 €
							Outras			